

Medicamentos não sujeitos a receita médica

Novo ciclo 10 anos após a liberalização do mercado em Portugal

Cláudia Furtado e Teresa Riso
Gabinete de Informação e Planeamento Estratégico



Fotos: Mério Amorim / Infarmed Notícias

Os medicamentos não sujeitos a receita médica (MNSRM) são utilizados no alívio e tratamento de determinadas situações clínicas sem gravidade¹. A sua utilização responsável pode constituir uma componente importante da autogestão do estado de saúde de cada indivíduo, evitando simultaneamente o recurso aos serviços de saúde em situações que não requerem acompanhamento especializado. Neste âmbito, a acessibilidade a estes medicamentos tem constituído um dos eixos da política do medicamento em Portugal.

No ano de 2005 foram introduzidas alterações legislativas na área dos MNSRM, que permitiram que estes medicamentos fossem dispensados fora das farmácias, em locais de venda autorizados para o efeito². Nesse mesmo ano ocorreu a liberalização do preço destes medicamentos. Para além da reclassificação de alguns medicamentos em MNSRM, em 2007 foi revista a lista de situações passíveis de automedicação e, já em 2013, foi criada uma nova categoria designada por Medicamentos Não sujeitos a Receita Médica – Dispensa Exclusiva em Farmácia (MNSRM-EF)³. Estes factos tornam ainda mais pertinente a análise da evolução do mercado de MNSRM em Portugal, numa altura em que se completaram 10 anos desde a liberalização do mercado.

Com o objetivo de caracterizar o mercado de MNSRM, a evolução dos preços destes medicamentos e as variações geográficas neste segmento de mercado, utilizaram-se como base os dados reportados mensalmente, entre 2005 e 2014, pelos locais de venda de Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica, sendo de referir que no final de 2014 estavam registados 1010 locais de venda.

Em 2014, cerca de 15 por cento de todas as embalagens de medicamentos vendidas em Portugal em regime de ambulatório foram de MNSRM, das quais 21 por cento em locais de venda livre.

As vendas de MNSRM no mercado total têm vindo a descer ao longo dos anos, de uma forma praticamente constante. Entre 2010 e 2014 esta quebra foi de 14,2%. O que se observa é que, apesar das farmácias ainda continuarem a dominar o mercado, ocorreu uma subida de 46% na quota dos locais de venda livre entre 2010 e 2014, que apresentaram um peso de 20,7% em 2014.

Em termos gerais, conforme se pode observar pelo Gráfico 1, tanto o número de embalagens vendidas como o valor PVP têm aumentado de uma forma sucessiva ao longo dos anos. Em 2014 registou-se o menor aumento em termos de embalagens vendidas e em 2012, no que diz respeito a valor PVP.

Focando a análise no último ano completo, em 2014 foram vendidas nos locais de venda autorizados mais 313 mil embalagens de MNSRM do que em 2013, o que corresponde a uma variação homóloga de 4,2 por cento.

Para analisar a evolução dos preços, o índice de preços foi recalculado desde o seu período base, sendo a diferença mais significativa a consideração de entradas de novos medicamentos disponíveis no mercado bem como saídas de medica-

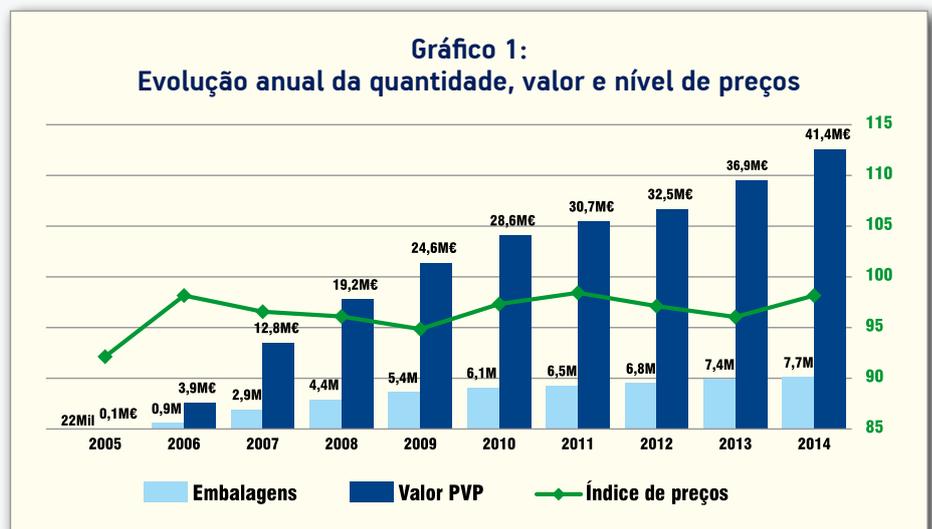
mentos que deixaram de ser comercializados. Foi também tido em conta o efeito da inflação ao longo dos anos.

O índice de preços dos MNSRM tem apresentado um comportamento oscilante ao longo dos últimos 10 anos, com descidas e subidas sem regularidade aparente. O ano de 2007 destaca-se como tendo sido o que registou a maior descida de preços desde a liberalização do mercado (variação homóloga de -1,6%).

Quanto aos grupos terapêuticos e medicamentos que os portugueses mais adquirem nos locais de venda de MNSRM, verifica-se que os analgésicos e antipiréticos foram os que apresentaram maior volume de vendas desde 2005. O Paracetamol foi sempre a substância ativa mais vendida desde a liberalização do mercado. Em 2014 foi seguida pelo Ibuprofeno, conforme se pode observar no Gráfico 2, que contém o TOP 5 de 2014, correspondente a 32 por cento do volume total de vendas desse ano.

Acessibilidade Geográfica

Os dados da distribuição regional das vendas de MNSRM em 2014, observáveis no Gráfico 3, exibem uma assimetria entre litoral e interior tanto em

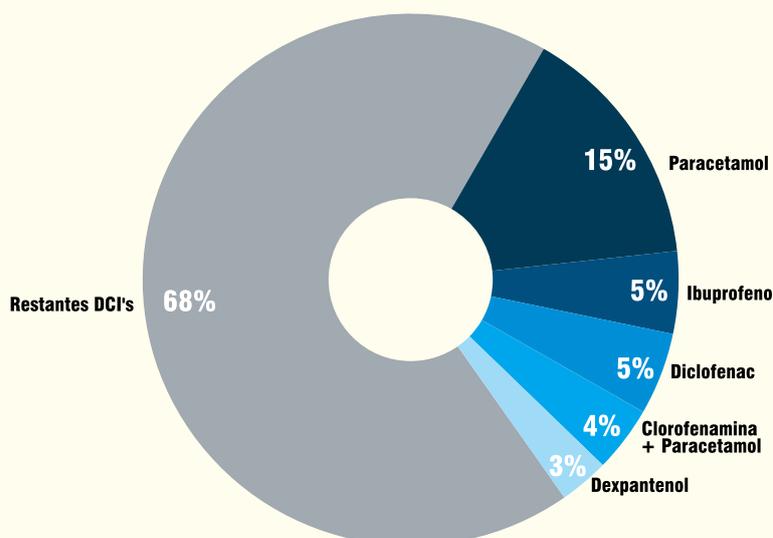


volume como em valor PVP de vendas, tendo o litoral valores superiores em ambos os casos (distritos de Lisboa, Porto e Faro). Note-se que o tamanho do círculo representa o valor que lhe está associado, isto é, círculos maiores correspondem a valores mais elevados.

Relativamente ao índice de preços, é curioso notar que não existem diferenças muito significativas entre distritos nem relativamente ao período base. Contudo foi visível, em 2014, um índice de preços ligeiramente superior nos distritos do Alentejo e Algarve, face ao resto do país. Será interessante realizar uma investigação mais detalhada ao distrito de Faro para tentar perceber quais os fatores que levaram a que fosse um dos distritos com maior índice de preços e, ainda assim, tivesse um volume de vendas dos mais altos. Fatores dignos de análise poderão ser a concorrência entre locais de venda de MNSRM ou características populacionais diferenciadas.

Tendo em conta a fase do ciclo em que nos encontramos, achou-se importante aprofundar as análises nesta área, para além dos relatórios correntes. Esta monitorização torna-se essencial para avaliar as decisões tomadas ao longo dos anos e apoiar intervenções futuras.

Gráfico 2:
Top 5 das substâncias ativas em volume
(n.º de embalagens)



Para mais informações, os relatórios encontram-se disponíveis para consulta no portal do Infarmed, em:

http://www.infarmed.pt/portal/page/portal/INFARMED/MONITORIZACAO_DO_MERCADO/OBSERVATORIO/ANALISE_MENSAL_MERCADO

¹ Despacho n.º 17690/2007, de 23 de julho.

² Decreto-Lei n.º 134/2005 de 16 de agosto.

³ N.º 3 do artigo 115.º do Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto.

Gráfico 3
Distribuição regional das vendas
em volume (n.º embalagens), valor PVP e índice de preços

